

## DISPOSIÇÕES E TRABALHADORES-PROPRIETÁRIOS AGRESTINOS: *HABITUS* FEIRANTE, FILHOS DAS FEIRAS E TENSÕES EMERGENTES

Marcio Sá<sup>1</sup>

### RESUMO

Este relato visa partilhar aspectos de uma trajetória de pesquisa que se serviu da sociologia de Pierre Bourdieu e Bernard Lahire para estudos sobre as condições de vida, trabalho e negócios de indivíduos que possuem sua origem, trajetória ou atualidade associadas à classe trabalhadora. O fio condutor é o modo como a noção de disposições funcionou como ferramenta teórico-epistêmica na prática de pesquisa social no Agreste pernambucano, em particular, por meio daquilo que as noções de *habitus* feirante, filhos das feiras e tensões (disposicionais) emergentes permitiram explicitar e interpretar. Ao final, procura-se sintetizar alguns aprendizados aos quais se acredita ter chegado por meio do uso de tal noção, bem como de suas ressignificações localizadas, em um tipo de prática de pesquisa social periférica.

**Palavras-Chave:** Agreste; disposições; trabalhadores-proprietários; pesquisa social periférica.

DISPOSICIONES Y TRABAJADORES-PROPIETARIOS AGRESTINOS: *HABITUS* FERIANTE, HIJOS DE FERIAS Y TENSIONES EMERGENTES

### RESUMEN

Este informe tiene como objetivo compartir aspectos de una trayectoria de investigación que utilizó la sociología de Pierre Bourdieu y Bernard Lahire para estudios sobre las condiciones de vida, trabajo y negocios de individuos que tienen su origen, trayectoria o estado actual asociado a la clase trabajadora. El hilo conductor es la forma en que la noción de disposiciones funcionó como herramienta teórica y epistémica en la práctica de la investigación social en la región de Agreste de Pernambuco, en particular, a través de lo que las nociones de *habitus* feriante, hijos de ferias, en particular, a través de lo que las nociones de *habitus* feriante, hijos

---

<sup>1</sup>Professor-pesquisador no Departamento de Ciências Sociais (DCS) e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), vinculado ao LAEPT (Laboratório de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho) e colaborador no Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional (PGPCI) na mesma instituição. É autor de alguns livros, dentre os quais destaca “Feirantes: Quem são e como administram seus negócios” (Editora UFPE, 3a edição), “Filhos das feiras: uma composição do campo de negócios agreste” (Editora Massangana-Fundaj) e “Além do barro: heranças de Vitalino do Alto do Moura do século XXI?” (Cepe Editora, no prelo).

de férias y las tensiones (disposicionales) emergentes permitieron explicar e interpretar. Al final, se busca sintetizar algunas lecciones a las que se cree que se han llegado a través del uso de esta noción, así como sus resignificaciones localizadas, en un tipo de práctica de investigación social periférica.

**Palabras clave:** Agreste; disposiciones; trabajadores-propietarios; investigación social periférica.

**DISPOSITIONS AND AGRESTINIAN WORKERS-OWNERS: MERCHANT HABITUS, CHILDREN OF FAIRS AND EMERGING TENSIONS**

### **ABSTRACT**

This report aims to share aspects of a research trajectory that used the sociology of Pierre Bourdieu and Bernard Lahire for studies on the living, working and business conditions of individuals who have their origin, trajectory or current status associated with the working class. The common thread is the way in which the notion of dispositions worked as a theoretical and epistemic tool in the practice of social research in the Agreste region of Pernambuco, in particular, through what the notions of merchant habitus, children of fairs and emerging (dispositional) tensions allowed to explain and interpret. In the end, it seeks to synthesize some lessons that it is believed to have reached through the use of this notion, as well as its localized re-significations, in a type of peripheral social research practice.

**Keywords:** Agreste; dispositions; worker-owners; peripheral social research.

### **INTRODUÇÃO<sup>2</sup>**

O Agreste é uma microrregião geoclimática nordestina, situada entre o litoral e o Sertão, que forma uma faixa de terra estreita e paralela à costa do oceano Atlântico, cortando a maior parte de seus estados. A longo das últimas décadas, sua parcela pernambucana vem sendo conformada por algumas dinâmicas de trabalho e negócios que, por um lado, estão

---

<sup>2</sup> Neste texto são recuperados trechos e ideias presentes em diversos trabalhos anteriores, tais como Sá (2015, 2018, 2019a, 2019b, 2020a, 2020b), Sá, Souza, Sousa e Leal (2020) e Sá (no prelo), porém aqui revistos em termos teóricos, analíticos e retrospectivos específicos. Uma versão anterior a esta foi apresentada no XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET) de 2021, no GT “Trajetórias e Disposições Sociais em meio às Reconfigurações do Mundo do Trabalho”. Registra-se agradecimentos a Maurício Rombaldi (UFPB) e Mário Ladosky (UFCEG), coordenadores do referido GT, tanto pela acolhida daquela comunicação como pelos comentários e questões propostas em sua discussão.

vinculadas a aspectos de uma história coletiva local, e por outro, apresentam contornos similares a outros contextos periféricos Brasil e mundo afora.

Em tal ambiência, foi levada adiante uma agenda de pesquisa que teve como foco as condições de vida, trabalho e negócios de três públicos de trabalhadores-proprietários próximos porém distintos: os feirantes e seus pequenos negócios (barracas/boxes) de alimentação na Feira de Caruaru; os trabalhadores-proprietários de unidades de produção e comercialização de roupas e afins (em sua maioria domésticas e familiares, denominadas de fabricos e facções) também em alguns dos municípios circunvizinhos; e os artesãos-donos de lojas-oficinas na comunidade do Alto do Moura, a terra do Mestre Vitalino (1909-1963).

A dificuldade de denominá-los como apenas trabalhadores ou proprietários é algo em comum entre parte significativa deles. Ao mesmo tempo em que não possuem “patrão”, apresentam suas origens sociais, trajetórias de vida-trabalho, formação cultural e modos de vida inseridos, associados ou próximos à classe trabalhadora. Alguns até podem ser denominados de “trabalhadores por conta própria”, outros inclusive possuem registro como Mei (Microempreendedor individual) ou se dizem “empreendedores”, muito embora seus negócios estejam um tanto distantes da ideologia e das práticas propagadas sob o manto do empreendedorismo. Parte significativa de tais negócios segue lógica mais próxima da busca por subsistência que acumulação, seus proprietários também são seus trabalhadores, são geridos com saberes práticos e não com o conhecimento legítimo de gestão empresarial e possuem, no máximo, poucos trabalhadores remunerados por semana ou produção (muitos desses familiares ou agregados), sem qualquer vínculo trabalhista formal etc.

Este relato tem como lastro experiências vivenciadas ao longo dos últimos anos (2007-2021) em tal contexto e que originam um tipo de prática de pesquisa social periférica. Pierre Bourdieu e Bernard Lahire se constituíram como principais referências teóricas e epistêmicas em tal trajetória. Muito embora o primeiro seja consagrado também pelas escolhas temáticas dos estudos que conduziu e coordenou, é recorrente que seus continuadores ou comentadores afirmem que seu maior legado está no seu modo de produção científico (epistemologia) e não em seus resultados.

É possível apontar Lahire como um dos seus atualizadores de maior originalidade e repercussão no cenário contemporâneo, em particular na sociologia brasileira. Talvez o grande mérito dele esteja em seguir o que o próprio Bourdieu pregava, ou seja, pensar com e contra o antecessor que tomou como principal “interlocutor” e que ofereceu os alicerces a partir do qual ergueu sua própria obra: o foco nas disposições sociais por meio de uma sociologia à escala individual, posteriormente complementada pela atenção aos contextos de ação e por ele próprio denominada de uma sociologia disposicionalista e contextualista.

Lahire articulou dispositivos metodológicos inovadores, inclusive para por à prova o léxico conceitual de Bourdieu, que foram prontamente recebidos e utilizados no Brasil, como no caso das pesquisas coordenadas por Jessé Souza (2009, 2012). Mas é sabido que a transposição de ideias, quando anseia ir além do mimetismo, se dá por meio de apropriações seletivas, ressignificações localizadas e reflexões sobre a prática de pesquisa teórico-empírica. Acreditando ser fruto de um esforço neste sentido, o relato que se segue visa partilhar **como uma trajetória de pesquisa social periférica, com foco em questões da gente, do trabalho e dos negócios agrestinos, se nutriu da noção de disposições.**

#### **A HISTÓRIA COLETIVA LOCAL INCORPORADA: A NOÇÃO DE *HABITUS* FEIRANTE**

Caruaru, principal cidade da região, teve sua origem e trajetória constitutiva marcadas pelo comércio de feira de rua. O que historicamente diferenciou a localidade de outras que tiveram semelhante ponto de partida foi que, tanto a Feira de Caruaru cresceu ao longo dos tempos e permanece até hoje fincada em seu centro, ao ponto da cidade ser conhecida nacionalmente como a “cidade que tem a feira”, quanto a dinâmica de vida e trabalho em tal meio foi incorporada por parte significativa de sua população, transmitida de geração para geração, conformando o comércio de feira de rua como principal traço da história coletiva local.

A Feira de Caruaru e as diversas feiras de bairro espalhadas pela cidade se mantêm história e atualidade na região ao, por exemplo, abrigarem com recorrência trabalhadores que perderam (ou mesmo nunca conseguiram) seus postos no mercado de trabalho formal.

No caso da primeira, em seus dias mais agitados é grande o número de ambulantes que, em meio aos transeuntes, vendem de água a carregador de celular, de bonés a picolés. Muitas vezes é após um início como atividade ambulante transitória que um trabalhador se estabelece como feirante, sendo o aluguel ou a compra de um box-barraca ou banco passo decisivo neste sentido. Ao mesmo tempo, parte daqueles que hoje possuem empresas estabelecidas no município teve suas origens comerciais na feira e, como muitos outros anseiam, “saíram dela” para montar uma loja convencional no centro comercial da cidade. Identificando-se ou não com as denominações, estes últimos se tornaram comerciantes estabelecidos ou empresários.

Crescer, entrar, permanecer, sair ou retornar à feira são movimentos significativos nas trajetórias de vida e trabalho locais que demarcam um tanto da atividade como matriz sociocultural e econômica ao devir de milhares de agrestinos. O comércio de feira de rua ainda hoje se mostra para muitas crianças – que desde cedo ganham trocados fazendo frete com carros de mão nos quais levam as compras dos clientes, ou que ajudam a família no seu pequeno negócio – instituição mais marcante e socializadora que a escola, inclusive, parte delas aprende a fazer contas no banco da família. Não raro escuta-se de um feirante adulto que a feira foi a sua “escola”. A ideologia do trabalho também se faz presente entre aqueles que levam seus filhos desde pequenos para a feira e expressam suas convicções em máximas do tipo: “é bom trabalhar desde cedo para dar valor ao que tem”, “se tirei o sustento da família daqui, ele também precisa aprender, não faz mal nenhum”.

Para guiar o esforço de compreensão de nuances da condição feirante em pleno século 21 como as acima recuperadas, a opção teórico-epistêmica pela sociologia disposicionalista se deu por observar a noção de *habitus* como um instrumento teórico com o potencial de tanto orientar a pesquisa social na esfera de uma coletividade quanto nas práticas de um indivíduo, como aponta a escala individual defendida e propagada por Bernard Lahire, e por entender com Bourdieu que “a palavra *disposição* parece particularmente apropriada para exprimir o que recobre o conceito de *habitus* (definido como um sistema de disposições)” (Bourdieu, 1994, p. 61, grifos do autor).

A partir abordagem atualizadora e crítica que Lahire (2004, 2005a, 2005b, 2006a, 2006b) fazia do legado bourdieusiano empreendeu-se leitura sistematizada do próprio Bourdieu (1989, 1994, 1996, 2005, 2007) e investigação (2007-2010) que resultou em “Feirantes: quem são e como administram seus negócios”. A ideia de Lahire, das variações inter e intraindividuais nas disposições dos indivíduos de uma classe ou fração, foi inspiradora quando contraposta ao “sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas” (Bourdieu, 1994, p. 61), ou seja, à coerência sistêmica do *habitus* enquanto princípio gerador de classificações e de práticas classificáveis. Ao mesmo tempo, atentava-se para a ressalva do próprio Lahire (2006b) que seus estudos se davam numa sociedade altamente diferenciada como a França do século 21, algo diverso de um contexto de modernização truncada e periférica como o agrestino.

Por mais que houvesse o anseio de adaptar a abordagem metodológica de “Retratos sociológicos” ao contexto local, o objeto que se construía com as leituras de Bourdieu, Lahire e Souza e o material empírico elaborado (ver apêndice “o método” em Sá, 2018) questionavam sobre se, numa atmosfera como a do comércio de feira de rua, não haveria mais homogeneidade (e a coerência do *habitus*) que heterogeneidade (o que levaria a observar mais as variações, inter e intraindividuais, e as dissonâncias entre as práticas dos indivíduos que a coerência das mesmas) nos modos de pensar, agir e sentir dos feirantes.

Embora neste primeiro trabalho aqui recuperado haja a presença implícita da noção de *habitus* feirante ao longo da caracterização, foi somente anos depois, na investigação que será tratada na próxima seção, que se chegou ao espírito daquele primeiro trabalho:

Naquele livro tive a oportunidade de registrar um tanto do muito que vivenciei e interpretei *in loco*, deambulando por entre as ruas da principal feira de rua da região, a Feira de Caruaru, munido desta ferramenta bourdieusiana (Sá, 2011). [...] Lá na feira, tal *habitus* é compartilhado em plena rua, quando se diz “chegue freguesa, que lhe faço um desconto”. Ou então quando se grita: “eita que a macaxeira hoje tá boa demais! Pague dois quilos e leve três!” Se mostra por meio de um pequenino menino que, em pé em cima do banco, anuncia imitando como fazem os adultos: “oito laranjas

por um real, quem vai levar, quem vai!" [...] Tudo isso é vivido e apreendido por meio de um sem número de práticas que também se dão naqueles dias de feira – práticas que fazem a cabeça e se inscrevem no corpo de quem cresceu, negociou ou ainda negocia por lá desde muito tempo atrás. (Sá, 2018, p. 176-177)

Quando vista em retrospectiva, a noção de *habitus* feirante permitiu compreender e interpretar aspectos fundamentais da formação sociocultural e econômica do agreste contemporâneo, em particular, o modo como a herança coletiva local do comércio de feira de rua se incorporava e fazia presente na contemporaneidade do seu tecido social. Além disso, consolidou a noção de disposições como ponto de partida teórico-epistêmico para nortear a trajetória de pesquisa que se seguiu.

## **RECORRÊNCIAS E VARIAÇÕES ENTRE OS FILHOS DAS FEIRAS**

A partir das últimas décadas do século passado até os dias de hoje, em torno dos municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, se conformou um aglomerado de negócios de produção e comercialização de confecções. Diferente de empresas ou de empreendimentos planejados a partir de um “plano de negócio”, parte significativa de tais iniciativas mais se parece com uma unidade de trabalho precário e doméstico, que ocupa um ou mais cômodos da residência da família, parte de seu quintal, garagem ou um espaço conjugado à moradia – os documentários “Estou me guardando pra quando o carnaval chegar” (Marcelo Gomes) e “Pega-se facção” (curta-metragem de Thaís Braga) retratam tais personagens e cenas recorrentes em Toritama e municípios circunvizinhos.

Se a história coletiva local do comércio de feira de rua tem raízes mais profundas no devir agrestino no século 19 e mesmo na primeira metade do século 20, o incremento promovido pela produção de confecções também pode ser relacionado a outros aspectos mais recentes que promoveram permanências e mudanças no complexo disposicional da população que constituiu e constitui o agreste das confecções – a inserção de máquinas semi-industriais na região e o início do comércio e da costura do tecido de malha, a “helanca que vinha do sul”, que segundo a versão mais recorrente na história oral da região, deu origem à

denominação do produto e das feiras específicas para sua comercialização, as feiras da Sulanca – outros fatores também decisivos à massificação dos negócios de confecções na região podem ser vistos em Sá (2018).

Por um lado, permanece o comércio de feira rua como ocupação, geração de renda familiar, matriz sociocultural e modo de se fazer negócios (*habitus* feirante) e a prática de costura doméstica (transmitida de geração para geração), por outro, há um incremento produtivo em tal prática. Ou seja, agora é preciso aprender a utilizar maquinário, organizar de algum modo produção seriada, muitas vezes executada por meio de facções, atender compradores de outros estados (conhecidos como “sacoleiros”, que compram para a revenda, e não apenas os moradores locais, dos municípios vizinhos ou de suas zonas rurais) e, em muitos casos, atender encomendas maiores e (não-)regulares.

Há também um processo de diferenciação entre aqueles que aderiram à atividade, algo que pode ser ilustrado por meio das autodenominações como “sulanqueiro”, “microempreendedor” ou “empresário/empreendedor”. Todavia, na gênese de tais negócios estariam outras motivações diferentes daquelas geralmente associadas à ideologia do empreendedorismo. Por exemplo, entrevistados relataram que episódios de humilhação serviram como impulso de partida e marco que diferencia a condição atual (ter seu próprio negócio), da anterior (trabalhar para os outros). O negócio é visto como um passo no sentido de maior liberdade e menor vulnerabilidade a situações humilhantes. Sua origem pode estar vinculada a um momento crítico vivido, uma insatisfação extrema com a condição prévia que fez com que se quisesse, dela, “libertar-se”.

Mesmo que a história do início na atividade por conta própria seja recorrente para muitos hoje na faixa dos 40/50 anos, afinal, foi em cima de uma lona estendida no chão que deram início à comercialização do que produziam em casa, os rumos que tais trabalhadores-proprietários tomaram foram distintos. Enquanto muitos seguem até os dias de hoje produzindo e comercializando o que produzem de modo similar ao inicial (em casa, com a mão de obra familiar), alguns aumentaram a capacidade produtiva, contrataram outros, e há

ainda os poucos que conformaram o que é possível hoje denominar de “elite empresarial”, ou seja, são os proprietários das maiores fábricas e marcas mais conhecidas da região.

O desafio que esta segunda pesquisa (2011-2016) apresentou foi como elaborar e trabalhar com uma noção-bússola teórica que visava justamente explicitar tais distinções individuais entre uma população que tinha um ponto de partida próximo e comum, o comércio de feira de rua. Diante da pluralidade de posições ocupadas e da mobilidade de tais agentes num campo de negócios por eles mesmos criado, a noção de *habitus*, enquanto sistema de disposições, não se observava mais pertinente. Foi então que se recorreu à noção de filhos das feiras:

Quando profiro o termo “filhos das feiras”, intenciono comunicar as dimensões humana (individual) e histórica (coletiva) do objeto construído [...] optei por elaborá-lo deste modo em razão da incontornável herança e atualidade da dinâmica de feiras de rua que observo nos indivíduos que compõem o tecido social da região. [...] Os filhos das feiras, ao abraçarem a atividade de produção de confecção doméstica e familiar em série, e sua comercialização por meio de feiras de rua, ao mesmo tempo em que mantêm em si tal herança disposicional [explicitada e interpretada por meio da noção de *habitus* feirante], com diferentes intensidades (a depender de cada caso), modificam-na. As diferentes tendências de manutenção e modificação disposicional, bem como suas variações intra e interindividuais (Lahire, 2006), faz com que tais personagens componham um campo. (Sá, 2018, p. 49)

Em síntese, enquanto o *habitus* feirante pode ser visto como um ancestral comum, porém ainda contemporâneo, os filhos das feiras apresentariam as variações que as diferentes trajetórias de vida, trabalho e posicionamentos no campo de negócios agreste (outra noção elaborada especificamente para melhor compreender a dinâmica do mercado local de confecções) possibilitaram observar. Ou seja, mesmo tendo um ponto de partida disposicional similar (a herança incorporada do comércio de feira de rua), houve um processo de diferenciação entre eles ao longo das últimas décadas, o que pode ser visto não somente no êxito econômico de alguns (ou em sua falta), mas também nos modos de vida e visões acerca dos negócios.

Três variações disposicionais podem servir para ilustrar este ponto. A primeira delas seria a predisposição para a reprodução das práticas mais recorrentes e vinculadas à feira de rua, ou seja, seguir trabalhando e fazendo negócios de modo parecido com as gerações anteriores. Em sentido oposto, parte dos filhos das feiras demonstravam flexibilidade disposicional para modificar tal herança e incorporar novas práticas de negócios características à conformação do agreste das confecções e mesmo ao capitalismo contemporâneo periférico.

A segunda é relacionada ao investimento de si no negócio. A conquista de alguma estabilidade como trabalhador-proprietário foi associada ao quanto de si um indivíduo estaria disposto a investir no seu negócio. Tal investimento se mostra na carga de trabalho diária, na incorporação de novos saberes práticos, no desenvolvimento de aptidões e competências úteis à atividade e até mesmo no sacrifício de fins de semana para a comercialização da produção nas feiras. Um dos entrevistados relatou ter chegado a dormir no volante, ao voltar de uma feira, na estrada que liga Santa Cruz à Caruaru, depois de longas e extenuantes jornadas de trabalho. Só depois do acidente tentou ajustar o ritmo e a rotina de trabalho no negócio.

A terceira, e talvez mais significativa para uma mutação biográfica que muitos na região perseguem e somente alguns alcançam mesmo que de modo precário e provisório: passar da condição de trabalhador para a de empresário. Afinal, mais do que ter ou não um CNPJ, há diversos aspectos objetivos implicados em tal conversão de si, algo diferente de ser trabalhador-proprietário de um “negócio periférico” (Sá, Lorêto, Sousa e Souza, 2020, p. 4). Enquanto para a maioria dos trabalhadores-proprietários ter um negócio significa principalmente ser “dono da própria vida” e “não receber ordens de mais ninguém”, para aqueles que anseiam ou vivem o processo de conversão à condição de empresário ou empreendedor busca-se algo mais. E para isso, seria preciso se aproximar da linguagem do mercado convencional, investir na marca, diferenciar o produto, focar em nichos, contratar trabalhadores e facções, gerenciar unidade de produção de maior complexidade que um quintal ou garagem e, simbolicamente, aderir a autodenominação como empresário-

empreendedor, distanciando-se de “sulanqueiro”, mesmo que ambos possam ser vistos como agentes de um mesmo campo, personagens de uma mesma história.

Neste processo de transmutação, há associações empresariais que atuam nos três principais municípios, com a parceira do Sebrae, oferecendo o suporte ideológico (empreendedorismo), institucional-social (afiliação) e prático (cursos e consultorias) para que um filho das feiras possa se ver e ser visto como empresário.

### **TENSÕES (DISPOSICIONAIS) EMERGENTES EM MEIO ARTESÃO**

A terceira e última experiência de pesquisa disposicional agrestina aqui recuperada é a mais recente (2016-2021) e teve como público principal os artesãos-proprietários de suas lojas-oficinas no Alto do Moura-PE. Localizado a sete quilômetros do centro do município de Caruaru, Agreste pernambucano, o hoje bairro tem em suas origens um povoado rural, situado nas margens do rio Ipojuca.

Conforme a história local, foi quando ainda menino, ao ver sua mãe envolvida com a produção de peças utilitárias (um modo de contribuir com a economia doméstica recorrente entre as mulheres do lugar), que Vitalino Pereira do Santos (depois Mestre Vitalino) passou a moldar seus próprios brinquedos em barro. Aponta-se que ele tenha produzido sua primeira peça ainda em 1915, aos seis anos de idade, e que no mesmo ano tenha começado a vender seus bichos de barro então chamados de “loixa de brincadeira”. Um detalhe marcante do início da trajetória de Vitalino foi que ele levou o que fazia, junto às peças da mãe, para vender na Feira de Caruaru e assim transformou o que era apenas uma brincadeira para muitos num produto ofertado e adquirido no principal “balcão de negócios” da região.

Por meio de uma série de iniciativas coletivas, sob coordenação e responsabilidade científica do autor deste relato, procurou-se enfrentar o estudo de uma comunidade artesã familiar onde se fez morada por alguns anos, e da qual se foi testemunha de seu devir em partes das últimas duas décadas. O anseio era confrontar a abordagem teórica e o modo de análise, principalmente desenvolvido por meio e ao longo dos trabalhos anteriores, com

algumas persistências do século passado entre nós, num meio que tocava a intimidade do pesquisador-chefe.

Pensou-se ser periférico e contemporâneo explorar questões que unem o local e o global também em meio à vida comunitária artesã de origem rural e interiorana. Como ela reage quando enfrenta problemas urbanos, mudanças nos seus laços sociais ou naquilo que lá se reconhece como valoroso, nos perfis de seus artesãos e de suas auto classificações, nos desafios da manutenção por meio da atividade, ou ainda quando demonstra temer pelo fim do ofício ao ver seus filhos e netos, crescidos no artesanato, se encaminhando para outras atividades.

A principal noção elaborada para servir de instrumento teórico – entendido como uma ferramenta que orienta a atitude investigativa, organiza o trabalho de campo e o que se produz por meio dele – pode ser lida como uma ressignificação contextualizada da noção de *habitus*. Enquanto essa tende a destacar o passado incorporado pelos indivíduos que se faz presente nas disposições, propensões e apetências que transparecem no sentido prático de suas ações, a noção de tensão disposicional emergente serviu para dar suporte para uma compreensão sobre o confronto de tal herança com as forças contextuais que interferem no individual e no coletivo na extensão de um agrupamento social localizado, como é o caso da comunidade artesã do Alto do Moura. Herda o caráter heurístico (Bourdieu; Wacquant, 1992; Santoro, 2008) e o foco nas disposições da sua origem bourdieusiana, porém nos serve para elaborar sobre como as mudanças contextuais (Lahire, 2010, 2015) e geracionais (em termos de ocupações, modos de vida, juízos de valores e horizontes de futuro, por exemplo) estão sendo incorporadas por alguns membros daquela comunidade, tratada como um espaço social local em transformação (Sá, Souza, Sousa e Leal, 2020, p. 184).

A noção de tensão (disposicional) emergente, que também pode ser vista como um fio que permite interligar os temas (re)elaborados ao longo do trabalho de campo, surgiu no processo de investigação teórico-empírica como um modo de enfrentar este devir comunitário singular, em diversos aspectos, e integrado à globalidade em muitos outros. Talvez o desengajamento da nova geração do ofício artesão, rumo a outras atividades mais ou

menos qualificadas, a depender do campo de possibilidades que sua condição familiar de partida permite almejar ou mesmo alcançar, e a proliferação de negócios de outra natureza e seus letreiros – isso sem falar naqueles que, ao final da tarde, passam a vender pasteis, espetinhos, bolos etc., no improvisado e na frente de casa, na esperança de complementar a renda familiar – possam materializar uma nova crença de parte significativa da coletividade: para uma família ter um rendimento mensal que a possibilite subsistir, é preciso que parte de seus membros tenha outra atividade que também gere renda. Ou seja, esse Alto do Moura contemporâneo apresenta dilemas em termos do modo de vida e do tipo de atividade econômica localmente viável entre outros.

Foi recorrente entre diversos entrevistados relatos que reforçavam o comunitarismo e mesmo o acolhimento como características históricas locais. No entanto, no que se refere aos negócios, práticas de concorrência predatória têm crescido nas últimas décadas. Além da competição por clientes e vendas em si, também se mostram evidentes as disputas por reconhecimento como artesão (na discussão local sobre ter ou não “nome” ou ser ou não “mestre”, por exemplo) mesmo em meio ao declínio local da valorização do ofício.

Parte de tais tensões hoje instauradas na comunidade se associam à introdução de um novo modo de produção em série, com fôrmas, de bonecas denominadas baianas. Este tipo de produção se alastrou na virada do século passado para este e, por um lado, permitiu que a comunidade continuasse a obter renda por meio do barro, afinal, a procura de tais bonecas pelos atravessadores (intermediários) é constante, por outro, tanto contribuiu para o declínio do número de artesãos dedicados à reprodução das peças mais tradicionais vinculadas a Vitalino quanto daqueles que se investem num tipo de produção mais autoral.

Ainda hoje, parte significativa da população está associada de alguma forma ao ofício, seja como artesão, negociante/intermediário, proprietário de outro negócio (que tem nos artesãos seus principais clientes) ou ainda como trabalhador envolvido no processo produtivo. Mas a chegada do século 21 apresentou novos desafios ao devir da comunidade artesã e a noção de tensões emergentes foi o recurso teórico-epistêmico que permitiu explicitar e interpretar tais enfrentamentos.

## **DISPOSIÇÕES EM PESQUISA SOCIAL PERIFÉRICA E SEUS APRENDIZADOS**

O Agreste pernambucano, uma vez visto como um pedaço de sociedade periférica, apresenta traços também familiares a outras regiões Brasil e mundo afora. Foi gestado a partir de uma história coletiva local própria, mas seguiu sendo moldado pelo contemporâneo, o que lhe concedeu contornos híbridos, que não devem ser associados de modo estanque nem à ideia de tradição nem de modernização. Hoje, conforma um mundo que é estranho a suas entranhas interioranas, mas que também abarca a condição agrestina conectada com o século 21.

Neste relato, ao focar na noção de disposições como instrumento fértil para orientar esforços investigativos que visam explicitar e compreender as condições de tais pesquisados em nosso tempo, algum avanço foi sistematizado no que se refere a apropriação seletiva e resignificação de um instrumento teórico-epistêmico conforme interesses específicos de pesquisa. Sendo necessário para tal, um modo de produção científico construtivista que se dá por meio de empiria localizada e esforços modestos de teorização que possibilitam apropriações e aprendizados próprios.

Ao se denominar tal tipo de prática de pesquisa social periférica, procura-se realçar tanto a condição e o contexto dos fenômenos construídos como objetos quanto as práticas de pesquisa engendradas nas margens do cânone da pesquisa social contemporânea. Por meio de tal prática promove-se composição científica a partir de um modo de produção científico consagrado, como o bourdieusiano, para o estudo de questões agrestinas contemporâneas – questões que também não fazem parte das principais agendas e centros de pesquisa nacionais e internacionais.

Em termos gerais, registra-se que a noção de disposições vem servindo ao entendimento de condições humanas específicas, de gente que precisa ou opta por sobreviver de um negócio próprio. O que implica em dilemas entre as permanências e as mudanças de si, desafios de (des)incorporação de competências, enfim, processos coletivos e individuais de

misturas das bases socioculturais e econômicas do interior nordestino com as demandas adaptativas impostas pelo capitalismo contemporâneo.

No que se refere aos Estudos Organizacionais, por fim é válido procurar responder às seguintes questões: de que modo o relato de tal trajetória pode contribuir para a área? E quais os (des)caminhos e percalços podem ser observados em tal processo?

Há ao menos duas possíveis contribuições num relato como esse para os EO. A primeira seria uma exortação para que outros pesquisadores, noutros contextos, envolvidos em diferentes fenômenos que se constituem ou tangenciam o campo, invistam suas energias na elaboração de soluções teórico-epistêmicas-metodológicas em função dos problemas de pesquisa localizados em tais contextos. A segunda seria a partilha desta trajetória de pesquisa social periférica como um modo de fazer uso de abordagem estrangeira, porém em função de interesses de pesquisa singulares, e não no sentido de testá-la ou reproduzi-la. Assim, por meio de apropriação seletiva e ressignificação localizada, segue-se adiante considerando a crítica de Guerreiro Ramos à transplantação de ideias de um contexto cultural para outro, ou seja, de teorias conformadas em determinados contextos (centrais) para outros (periféricos), bem como à colocação inapropriada de conceitos.

Em relação aos (des)caminhos e percalços enfrentados, mesmo não sendo pertinente aqui retomá-los (cf. Sá, 2019b, 2020a), uma síntese talvez esteja no esforço continuado para o desenvolvimento de competências criativas-investigativas à geração de soluções teóricas, epistêmicas e metodológicas sob medida local. Afinal, não há manuais para enfrentar a aridez de terrenos de pesquisa como o agrestino. Ao empenhar-se em tal rumo, pode-se adquirir cada vez mais segurança que, por maior que sejam tais desafios, uma saída razoável e justificada poderá ser encontrada.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Portugal: Difel; Brasil: Bertrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu**. Renato Ortiz (Org.). São Paulo: Ática, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Campinas: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **An Invitation to Reflexive Sociology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LAHIRE, Bernard. Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 49, 2005a, p. 11-42.

LAHIRE, Bernard. **L'esprit sociologique**. Paris: Éditions La Découverte, 2005b.

LAHIRE, Bernard. **La condition littéraire: La double vie des écrivains**. Paris: Éditions La Découverte, 2006a.

LAHIRE, Bernard. **A cultura dos indivíduos**. Porto Alegre: Artmed, 2006b.

LAHIRE, Bernard. Por uma sociologia disposicionalista e contextualista da ação. In: JUNQUEIRA, Lilia (Org.). **Cultura e classes sociais na perspectiva disposicionalista**. Recife: Editora UFPE, 2010, p. 17-36.

LAHIRE, Bernard. A fabricação social dos indivíduos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. especial, 2015, p. 1393-1404.

SÁ, Marcio. Construtivismo bourdieusiano como linguagem: Uma interpretação pragmática. **Revista Configurações**, v. 16, 2015 p. 115-128.

SÁ, Marcio. **Filhos das feiras: uma composição do campo de negócios agreste**. Recife: Massangana-Fundaj, 2018.

SÁ, Marcio. **Feirantes: quem são e como administram seus negócios**. 3ª ed. Recife: Editora UFPE, 2019a.

SÁ, Marcio. Em busca do impacto perdido? Experiências significativas com sentido local em pesquisa, ensino e extensão. **Farol** - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, v. 6, n. 15, 2019b, p. 365-399.

SÁ, Marcio. Experiências agrestinas: pistas para a pesquisa sobre gente e negócios em contexto periférico. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 60, n. 2, 2020a, p. 120-130.

SÁ, Marcio. Além do barro: tensões simbólicas e negócios numa comunidade artes. In: **Anais do 44o Encontro Anual da Anpocs**. São Paulo: Anpocs, 2020b, p. 1-18.

SÁ, Marcio. **Além do barro**: heranças de Vitalino no Alto do Moura do século XXI? Recife: Cepe Editora (no prelo).

SÁ, Marcio; SOUZA, Denise; SOUSA, Jessica; LEAL, Bárbara. A comunidade artesã do Alto do Moura no século 21: Tensões Emergentes em um Espaço Social Local em Transformação. **Política & Trabalho**, UFPB, v. 52, 2020, p. 178-195.

SÁ, Marcio; LORETO, Myrna; SOUSA, Jessica; SOUZA, Denise. O Artesanato como Negócio Periférico: Esboço de Instrumento Teórico-Epistêmico e Análise Multidimensional no Caso do Alto do Moura-PE. In: **Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração**. Maringá: Anpad, 2020, p. 1-16.

SANTORO, Marco. Putting Bourdieu in the Global Field. **Sociologica**, Bologna, v. 2, 2008, p. 1-33.

SOUZA, Jessé. (org.) **A Ralé Brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. (org.) **Os Batalhadores Brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2a ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

**Submetido em 21/9/2021**  
**Aprovado em 21/12/2021**